

Braille e semiótica: Um diálogo relevante

Joana Belarmino*

Índice

- | | |
|--|---|
| 1 A Célula Braille como objeto semiótico: primeira aproximação | 2 |
| 2 Os pontos em relevo e a corporificação do mundo em texto | 5 |
| 3 Referências bibliográficas | 7 |

Introdução

Em 4 de janeiro de 2009, as organizações de pessoas cegas em todo o mundo estarão comemorando o bi-centenário de nascimento de Luís Braille, jovem cego francês que publicou, em 1829, a primeira versão oficial do seu sistema de pontos em relevo para a leitura e a escrita tátil.

Se nesses quase duzentos anos, o sistema alcançou prestígio junto à sua comunidade de pertença, (as escolas e organizações dedicadas à causa da cegueira), não encontrou maior ressonância em estudos dedicados à comunicação tátil, e, mais particularmente, em pesquisas voltadas à história da escrita e seus desenvolvimentos mais recentes.

*Graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal da Paraíba, Mestra em Ciências Sociais pela mesma universidade, Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Professora Assistente do Curso de Comunicação e Turismo da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: pandora00@uol.com.br

Em março de 2004, encerrávamos nosso trabalho de doutoramento no programa de Pós graduação em comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, numa pesquisa que tinha como desafio maior, o de estabelecer a natureza semiótica da escrita/leitura em relevo, e assim inaugurar, no campo teórico da comunicação, uma área de estudos que pudesse principiar a dizer algo acerca desse tipo especial de signo e da sua semiose.

No presente artigo, nosso esforço será o de traçar um panorama das bases semiótico-comunicativas nas quais assentamos nosso estudo, numa perspectiva de reavaliação do percurso realizado, ao mesmo tempo em que buscamos sintetizar nossa abordagem inicial, no intuito de despertar interesse pelo aprofundamento dessa temática em pesquisadores das áreas da comunicação, semiótica, lingüística e ciências cognitivas.

Impressiona-nos sobremaneira, o tempo histórico que foi necessário percorrer, centenas de milhares de anos, até que as coletividades cegas pudessem ter acesso a uma plataforma consistente de leitura e escrita.

Duzentos anos depois da sua invenção, o fenômeno imprime na cultura, marcas particulares do seu uso, por uma comunidade de pertença, e realiza, ainda que em plano reduzido, uma espécie de história particular da escritura tátil, evidenciando também, um ca-

pítulo inteiro da comunicação/percepção tátil merece ser registrada e articulada ao campo comunicativo como um todo.

1 A Célula Braille como objeto semiótico: primeira aproximação

Você tem diante de si um texto Braille e deixa que sua mão aberta passeie ao acaso pelo papel. Uma sensação de aspereza estimula sua pele e nada mais. Aí você experimenta olhar para o texto e a princípio não vê senão um emaranhado de pontos, que ora podem assemelhar-se a um labirinto, ora lembram um bordado abstrato, ora uma pauta musical, ora parecem sugerir flores ou pequenos peixes. Como num jogo de quebra-cabeça você pode se perguntar: Qual é a senha ou a chave que me fará acessar a lógica desse jogo? Aqui a pergunta a ser feita não é exatamente esta: aqui, importa-nos saber como é que o código Braille fez sentido, convertendo-se num alfabeto? Importa-nos estabelecer, quais os elementos básicos do sistema Braille, em que tipos de relações eles se combinam a fim de que o código possa ser entendido como um sistema de informação-comunicação, um sistema de tradução intersemiótica, integrando, assim, essa rede de códigos de tradução que conforma/transforma a cultura.

De fato, quando o código Braille surgiu, na segunda década do século XIX, assinalou no mundo da cultura, uma resposta para um dilema fundamental de comunicação: Que linguagem seria capaz de traduzir para o tato, de forma competente e abrangente, os vários domínios de significados que a escrita convencional já havia posto à disposição das so-

ciências, nos mais variados âmbitos do conhecimento humano?

As implicações de tal realidade, sua relevância para o campo semiótico-comunicativo, não foram, entretanto, convenientemente exploradas. Estudiosos da comunicação tátil não têm ido muito longe na abordagem do universo da percepção tátil, tampouco têm analisado o código Braille como um capítulo novo e fundamental dentro das investigações de tal realidade.

É tempo, pois, de inaugurarmos uma discussão do problema a partir de algum lugar. Supomos mesmo que o lugar privilegiado para essa saída é o relevo, o ponto Braille, que, na história do desenvolvimento de uma cultura tátil, traduz-se ao mesmo tempo como um ponto de partida inovador e como a retomada de um processo de refinamento e qualificação desse mesmo código perceptivo. É, aliás, a escrita em relevo que, do ponto de vista do processo da comunicação tátil, reúne um maior potencial analítico que nos propicie uma caracterização adequada desse sistema de tradução intersemiótica, permitindo uma mais clara apreciação do complexo tátil em seus vários aspectos.

Assim como frisáramos, em nossa pesquisa de doutorado, que toda uma história dos meios de produção e distribuição do texto Braille e do seu armazenamento e codificação em bibliotecas está por ser levantada, do mesmo modo, no campo lingüístico, uma gama de questões aliadas ao aprendizado e uso da linguagem oral e escrita também se manifestam no campo pedagógico onde se institui a escrita em relevo.

O sistema Braille, ao instaurar o cego leitor-escritor, suscita toda uma variedade de

fenômenos relativos aos problemas de afasias, agrafias tão apreciados pela Lingüística, os quais estão ainda por ser explorados no campo da escrita pontográfica, na qual são tão comuns os tropeços com problemas de distúrbios da aprendizagem claramente refletidos na escrita Braille e que provavelmente se sedimentam no modo particular de estruturação da percepção tátil nos seus condicionamentos intracerebrais.

Igualmente, a leitura/escrita do Braille apresenta à neurolingüística, uma série de questões relevantes acerca de processamento cerebral, as quais, estão ainda no limiar desse tipo de investigação.

Por enquanto, nossa preocupação principal é a de indagarmos se há de fato um lugar para situarmos o sistema Braille no campo dos estudos semióticos. Nossa resposta só pode ser afirmativa. A escrita em relevo envolve um campo de percepção e ação, portanto um campo da comunicação humana, o qual, por assim dizer, envolve um modo próprio de semiotização da realidade.

De um modo geral, de acordo com o esquema proposto por Deely, para definir os campos e fronteiras dos objetos semióticos, diremos que a análise do código Braille, dum ponto de vista mais genérico, acha-se circunscrita ao campo da antropossemiose, de- finida por Deely do seguinte modo:

[...] Em termos da nossa experiência, o nível mais alto de semiose e também o mais próximo de nós: a antropossemiose. Visto a partir de uma certa perspectiva, o termo ‘antropossemiose’ inclui todos os processos sígnicos em que os seres humanos se envolvem. Visto de outra maneira, o termo nomeia todos os processos sígnicos que são específicos à espécie hu-

mana. Dentro da segunda perspectiva, a antropossemiose inclui, em primeiro lugar, a língua e, em segundo, aqueles sistemas de signos que sucedem a língua e que com ela estruturam a percepção e modificam o meio ambiente, mesmo para animais não-humanos.¹ (DEELY, 1990, p.45)

É na Lingüística de Jakobson que vamos encontrar apoio para definir o locus específico de abordagem semiótica do nosso alfabeto. De fato, ele pode ser situado no círculo daqueles sistemas que Jakobson já havia classificado como sistemas de tradução intersemiótica, conforme a citação seguinte:

[...] Distinguimos três maneiras de interpretar um signo verbal: êle pode ser traduzido em outros signos da mesma língua, em outra língua, ou em outro sistema de símbolos não-verbais. Essas três espécies de tradução devem ser diferentemente classificadas:

1. A tradução intralingual ou reformulação (rewor ding) consiste na interpretação dos signos verbais por

¹ Deely apresenta um esquema de classificação dos objetos semióticos da seguinte forma:

Antropossemiose – “[...] através do desenvolvimento de modalidades semióticas entre os humanos e outros animais, da linguagem da espécie humana e, conseqüentemente de tradições históricas e culturais em geral [...]”

Zoossemiose – “[...] através do desenvolvimento de modalidades semióticas entre plantas e animais, entre animais, e entre animais e o ambiente físico [...]”

Biossemiose – “[...] no mundo orgânico como tal (incluindo processos endossemióticos) [...]”

Fitossemiose – “[...] através do desenvolvimento de modalidades semióticas entre vegetais e entre plantas e o ambiente físico [...]”

meio de outros signos da mesma língua.

2. A tradução interlingual ou tradução propriamente dita consiste na interpretação dos signos verbais por meio de alguma outra língua.
3. A tradução intersemiótica ou transmutação consiste na interpretação dos signos verbais por meio de sistemas de signos não-verbais. (JAKOBSON, 1970, p. 63-64).

Para um aprofundamento da compreensão do sistema Braille como um mecanismo de tradução intersemiótica, será necessário que examinemos de per si a pequena conformação da sua célula primordial. De fato, esse pequeno arranjo pressupõe, no seu processo de desdobramento, associação e combinação, uma espécie de gramática.

Tocar nesse pequeno filete de seis pontos justapostos, para compreender seu movimento no sentido da composição das letras, nos permite vislumbrar de saída a possibilidade de sessenta e quatro combinações, multiplicidade de arranjos singulares aptos a ser percebidos pela polpa do dedo indicador. Cria-se numa nova escrita por sulcos, o rastro onde pode ser percebida uma primeira base de tradução intersemiótica, ou seja, a tradução da escrita gráfica convencional em uma matriz de pontos e, com ela, todas as inter-relações entre escrita e linguagem verbal.

Nessa nova matriz de escrita, é o relevo que dá o tom, expandindo suas regras básicas de associação e combinação para promover a tradução de outros sistemas lingüísticos, a exemplo da pauta musical, da linguagem matemática e dos sinais químico-físicos.

Entretanto, há que se analisar ainda o relevo Braille como relevo em si, naquela sua natureza que já caracterizamos de “percepto tátil”, para utilizarmos uma concepção da semiótica peirceana. Peirce afirmava que o percepto é aquilo que tem realidade própria no mundo que está fora de nossa consciência e que é apreendido pela consciência no ato perceptivo.” (SANTAELLA, 1998, p. 54). De fato, quando uma criança nasce cega, já encontra um mundo dado, em que a forma privilegiada para os processos de percepção-apreensão é o código tátil; um mundo dado, em que a ferramenta privilegiada para a leitura e para a escrita é o Braille. Assim, além de ser um percepto concreto, físico, a matriz dos seis pontos envolve um conceito lógico, um conjunto de relações e inter-relações de associação e combinação, que lhe confere o estatuto de signo de um tipo especial, um sistema de símbolos que serve de mediação entre esses indivíduos e os mais variados domínios da cultura.

A célula Braille, percepto concreto, exhibe em seu arranjo singular, em suas leis e regularidades, uma concepção de leitura e escrita capaz de falar a uma mente particular, a uma mente tátil. E é o próprio Peirce que ilustra nossa afirmação:

[...] Os elementos de todo conceito entram no pensamento lógico através dos portões da percepção e dele saem pelos portões da ação propositada; e tudo aquilo que não puder exhibir seu passaporte em ambos esses portões deve ser apreendido pela razão como elemento não autorizado [...] (apud SANTAELLA, 1996, p. 63).

Esse novo percepto propiciou aos indivíduos cegos, uma longa abertura dos por-

tões da percepção, oferecendo-lhes a saída lógico-racional por excelência para a ampliação e qualificação do processo de uma semiotização tátil da realidade.

2 Os pontos em relevo e a corporificação do mundo em texto

Caracterizada a natureza simbólico-perceptual do ponto em relevo, apresentado ainda que de forma sucinta, o processo de tradução intersemiótica evidenciado nessa interface tátil, interessa-nos agora ressaltar um outro aspecto fundamental da análise, ou seja, a compreensão dos pontos em relevo quando já converteram-se em signos multiplicando-se em signos, no processo de produção da palavra, do texto, nos seus mais variados sistemas, caracterizando-se assim, a ação do signo ou semiose, conforme a semiótica perceana.

Aqui tomamos de empréstimo a idéia de “corporificação de coisas em texto”, visto que, conforme Deely, A corporificação é o fenômeno geral da experiência, visto que o que quer que encontremos, aprendamos ou compartilhemos através da experiência tem, quanto a si, um aspecto que é acessível através de alguma modalidade sensorial, seja ele apenas o ser físico de marcas ou sons subsuntos dentro da língua e empregados para criar algum texto (um corpus literário, diríamos mesmo). (DEELY, 1990, p.75)

É a partir do advento do código Braille que se poderá falar sobre ampliação da gama de objetos e coisas do ambiente que poderão ser corporificados em textos; a leitura e

a escrita em relevo permitirão a esses indivíduos a semiotização, de instâncias da realidade até então limitadas ou distanciadas de suas experiências cotidianas. Isto significa que, do ponto de vista da nossa análise específica, a escrita em relevo, como ocorre com outros processos semióticos, realiza uma das funções mais importantes do processo de semiotização da realidade:

[...] Reificar, ou seja, corporificar, coisificar, encarar algo abstrato como uma coisa material ou concreta, é uma das funções heterônomas mais relevantes da escrita. ‘A língua escrita e lida torna-se um objeto, uma coisa, separada da consciência que a cria, e imobilizada numa condição de relíquia física’. (HAVELOCK, 1982, p. 296 apud PAULUK, 2003).

Se quisermos ao mesmo tempo utilizar e evidenciar ainda mais a importância desse processo, diremos que o Braille permitiu que os indivíduos cegos saíssem do seu mundo específico, para compartilharem de forma mais abrangente, esferas comuns de realidade com os outros indivíduos da cultura.

Proprietários de um competente sistema simbólico manejado por eles próprios, os indivíduos cegos encontraram no Braille a ferramenta fundamental que lhes permitiu constituir uma nova individualidade histórica, todo um mundo amplo a se descortinar na ponta dos seus dedos, numa revolução semiótica levada a cabo por apenas seis pontos em relevo.

A corporificação, a transformação de objetos e coisas em texto, esta é, pois, a estratégia por excelência que possibilitará ao nosso sujeito particular ter alguma apreensão tanto

das coisas com existência material real (objetos físicos) quanto dos objetos sem existência tangível, como, por exemplo, os símbolos do unicórnio ou os sapatinhos da Cinderela no conto de fadas, sem se perder de vista a perspectiva lotmaniana de que “o texto não é a realidade, mas o material para a reconstituir” (LOTMAN, 1981, p. 43).

Poder-se-á argumentar, no entanto, que a regra também é verdadeira para qualquer outro sujeito da espécie humana, sobretudo nas sociedades contemporâneas, quando os grupos humanos só têm acesso a uma gama muito variada de objetos e coisas da experiência mediante a sua corporificação em textos. Ocorre que, no caso do nosso sujeito particular caracterizado pela ausência do código da visualidade, a gama dos fenômenos que obrigatoriamente necessitam ser tornados em corpo literário, em texto, é nitidamente muito mais ampla.

Tais constatações nos levam a supor que, nas épocas anteriores ao invento do código Braille, eram bastante limitadas as possibilidades de corporificação desses fenômenos em textos passíveis de serem decodificados pelos indivíduos cegos. Com o advento do código, no entanto, aumentou significativamente a gama dos fenômenos, corpos e objetos que puderam então ser corporificados, tornados em texto, acontecimento que nos impele a pensar que o nosso sujeito cingido pela condição da cegueira, ao tornar-se usuário desse novo invento, deixou de ser apenas ser lingüístico, para converter-se com maior competência em homo-táctilis-literário.

Se para Benveniste, citado por Morin (1986, p. 116), “[...] é na e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito”, podemos agora afirmar, acerca do indivíduo cego, que é na e pela escrita em relevo que

ele se constitui como sujeito intelectual, individualidade com suas possibilidades de semiotização da realidade refinadas e ampliadas.

Concluindo, ainda que provisoriamente, poderíamos afirmar que A análise do uso do Braille por uma comunidade de pertença nos permite falar ou propor pelo menos dois importantes níveis sutis de semiose: um primeiro nível envolve o par percepção-cognição, presente na decodificação do alfabeto em si, ou seja, as letras em relevo, e a ação-expansão desses signos primeiros em signos outros (os diversos subsistemas que a escrita em relevo intenta representar). Um segundo nível, já no plano do discurso ou no plano da corporificação de coisas em texto, envolve uma semiose muito mais complexa, porque põe em diálogo inúmeros sistemas comunicativos, como o próprio código cultural e os outros sistemas com os quais agora o sujeito cego entra em contato, a exemplo da arte, da literatura e de tantos outros sistemas que a escrita em relevo semiotiza.

A semiotização de vários níveis de realidade é o aspecto mais relevante da revolução promovida pela conquista do código Braille. Desta forma, somos tentados a pensar na arte (mais particularmente na literatura) como sistema crucial de modelização secundária para aqueles indivíduos com cegueira congênita, para os quais são tão limitadas as possibilidades de acesso a níveis de realidade que não são tangíveis ao tato.²

² A concepção de modelização, adotada pelos semioticistas russos da Escola de Tártu, estabelece que os sistemas míticos, os sistemas religiosos e as artes são exemplos de sistemas modelizantes secundários, processos de passagem da codificação da linguagem natural para codificações de novas linguagens, codificações outras que estabelecem uma língua própria a

É certo que o acesso à literatura, ao conhecimento científico e, por assim dizer, a fenômenos artísticos promoveu um impacto na vida das coletividades cegas que ainda não é conhecido de uma análise científica criteriosa.

Se a história dos primórdios da modernidade ou mesmo de períodos anteriores podia apontar o número daqueles indivíduos cegos que alcançavam penetrar o círculo do conhecimento e da pesquisa científica, é certo que no período posterior ao advento da escrita Braille, particularmente a partir do século XX, o número de cientistas cegos cresceu significativamente no mundo.

Obviamente, o fenômeno da corporificação da realidade em texto, por meio do relevo Braille, jamais deve funcionar como mecanismo único de estruturação de mundo por parte desses indivíduos. No entanto, esses sistemas de tradução intersemiótica viabilizados pelo Braille funcionam como importantes ampliadores de uma visão de mundo que antes era marcada, fundamentalmente, pela experiência cotidiana. Esta, com a conquista da escrita alargou-se para além de suas fronteiras, permitindo-se pensar na cegueira não mais como uma realidade paralisante e mutiladora, mas antes como uma forma de visão.

3 Referências bibliográficas

COELHO NETO, J. Teixeira. *Semiótica, formação e comunicação*. Diagrama da teoria do signo. São Paulo: Perspectiva, 1980.

cada um desses sistemas, assim como reforçam o diálogo entre as múltiplas codificações presentes nesses processos.

DEELY, John. *A Semiótica Básica*. São Paulo: Ática, 1990.

JAKOBSON, Roman. *Linguística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1970.

LÓTMAN, Iúri M. et. al. *Ensaio de semiótica soviética*. Lisboa: Livros Horizonte, 1981.

MORIN, Edgar. *Ciência com Consciência*. 2. ed. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

MORIN, Edgar. *O método*. Portugal: Publicações Europa América, 1986. v. 3

MORIN, Edgar. *O método*. Portugal: Publicações Europa América, 1992. v. 4

NÖTH, Winfried. *Manual de Semiótica*. São Paulo: Edusp, 2002. No prelo.